

Inteligência Artificial no Poder Judiciário

Lembro-me do meu olhar de espanto quando assisti pela primeira vez o filme “2001: Uma Odisseia no Espaço” (1968) de Stanley Kubrick. Na cena em que o computador HAL 9000 joga xadrez com o astronauta Poole e esta faz uma jogada errada, é logo alertado pelo próprio usuário que diz a HAL que foi uma péssima jogada. HAL pede desculpas, mas na jogada seguinte de Poole descobrimos que HAL errou de propósito, atraindo Poole para uma armadilha. E pouco depois o computador chega a xeque. Era a primeira vez que eu presenciava uma demonstração do uso da Inteligência Artificial. Tudo era deslumbrante, porém naquela época a ficção científica parecia inalcançável.

Estamos em 2019, em pleno século XXI, e o que parecia inalcançável está a um toque dos nossos dedos, na palma de nossa mão, tão comum que não damos conta de sua presença ao nosso lado. Porém a Inteligência Artificial está em nossas vidas, nos guiando, literalmente, o que dizer do Waze, decidindo o que devemos vestir e até mesmo onde comer. Agora vemos a Inteligência Artificial chegar ao ambiente jurídico.

É inegável os benefícios que a Inteligência Artificial poderá trazer para todo o processo jurídico, a capacidade de reconhecer padrões e tendências, de analisar milhões de sentenças e buscar informações em toda a jurisprudência e aprender com os dados são fatores que fazer a inserção da Inteligência Artificial no processo jurídico um caminho sem volta.

Algumas diretrizes, já foram lançadas, que norteiam a implantação e possibilitam o desenvolvimento de novas aplicações de Inteligência Artificial no Poder Judiciário, dentre elas podemos destacar a Instrução Normativa 6, de 12 de junho de 2018, publicada pelo STJ e que trata sobre classificação processual. Classificação processual é uma condição fundamental na aplicação da Inteligência Artificial no fluxo dos processos. No âmbito nacional a Portaria 25/2019 do CNJ que institui o Inova PJe, Laboratório de Inovação do Processo Judicial em Meio Eletrônico e o Centro de Inteligência Artificial Aplicada ao PJe.

No TJPE, destacamos a iniciativa da SETIC de uso da Inteligência Artificial, com “Elis”. A tecnologia de Inteligência Artificial aplicada em "Elis" proporciona que o software analise de forma acelerada, os documentos, datas e dados dos processos e faz o encaminhamento para os juízes. Em 15 dias, a ferramenta conseguiu dar andamento a 70 mil processos, segundo a SETIC.

Diante de todos os desafios do Poder Judiciário, dar celeridade aos processos é o mais impactante para a sociedade e para a formação de um estado verdadeiramente democrático. E a Inteligência Artificial vem para somar esforços no sentido de proporcionar uma justiça célere e verdadeiramente justa. A participação da tecnologia da informação está cada vez mais indissociável das práticas jurisdicionais e o papel da SETIC passa a ser cada vez mais estratégico para o TJPE.